

QUILOMBOS NO BRASIL, UMA
CONDIÇÃO GEOPOLÍTICA
DE CONFINAMENTO E
RESISTÊNCIA AOS ARQUÉTIPOS
TERRITORIAIS DOMINANTES:
O CASO DE HELVÉCIA NO
EXTREMO SUL DA BAHIA

*Quilombos in Brazil, a geopolitical
condition of confinement and resistance to
dominant territorial archetypes: the case of
Helvécia in the Far South of Bahia*

SEBASTIÃO PINHEIRO GONÇALVES DE CERQUEIRA-NETO
cerqueiraneto.mg@gmail.com
Instituto Federal da Bahia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7358-8958>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6_2

Texto recebido em / Text submitted on: 09/12/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 19/02/2020

Biblos. Número 6, 2020 • 3.^a Série

pp. 29-54

RESUMO.

Este artigo é o resultado de uma pesquisa desenvolvida na Comunidade Negra de Helvécia, um distrito do município de Nova Viçosa, estado da Bahia, e teve como objetivo principal relatar e analisar tensões que ocorrem no território desta comunidade quilombola, onde o convívio entre os descendentes de escravizados e os descendentes dos colonizadores se apresenta como diplomática, mas que não se desprende de algumas amarras do passado. Enquanto uma pesquisa geo-antropológica, a análise não foca apenas nas relações entre os membros da comunidade, mas também com a transformação do território. A originalidade de pesquisa está no fato de que ela expõe a dificuldade interna da comunidade se sentir ou não pertencente a um quilombola.

Palavras-chaves: Helvécia; Quilombola; Território; Identidade; Geo-antropologia.

ABSTRACT.

This article is the result of a research developed in the black community of Helvécia, a district in the municipality of Nova Viçosa, Bahia State. Its main objective was to report and analyse tensions felt in the territory of this Quilombola community, where the interaction between descendants of slaves and descendants of colonizers presents itself as diplomatic, but has yet to loosen a few chains of the past. As a geoanthropological research, the analysis focuses both on the relationships between community members and on the transformation of the territory. The originality of this research is rooted in its exposure of the internal struggle of the community to belong to a Quilombola.

Keywords: Helvécia; Quilombola; Territory; Identity; Geoanthropology.

INTRODUÇÃO

A formação do Estado brasileiro e a preponderância de um modelo territorial urbano-industrial de identidade nacional constitui, de certo modo, a imposição de um padrão territorial e de um arquétipo geográfico que, pontualmente, vai sendo contrariado por realidades muito específicas. Pela sua origem, pela composição étnica e cultural e pela trajetória que apresentam, os quilombos são realidades geográficas não hegemônicas, territórios de exceção que, não sendo totalmente isolados do seu entorno, lhe conferem diversidade, imprimem outro ritmo e acrescentam heterogeneidade.

Helvécia é um distrito do município de Nova Viçosa, localizado no Extremo Sul da Bahia (Fig. 1), tem aproximadamente entre 4 500 a 5 000 habitantes, onde 80% são negros, descendentes de escravizados. Este dado demográfico foi um fator preponderante para que o distrito fosse reconhecido, ainda que não formalmente pelo governo brasileiro, como um território remanescente de quilombo. A motivação por essa pesquisa sobre Helvécia se encontra na complexidade, quanto ao sentimento dos seus moradores, de pertencer ou não a uma comunidade quilombola; no seu arranjo espacial semelhante a pequenas cidades; no tratamento que os poderes públicos dão ao território; nas ações dos grandes empreendimentos dentro do território de Helvécia. Todos estes fatores ajudam a compreender como o Brasil trata suas áreas de quilombolas.

Este artigo é uma colaboração a partir do olhar da geografia para compreender o dinamismo e as transformações de um território que, ainda no século XXI, tem no seu cotidiano tensões entre descendentes de colonizadores e escravizados, mormente, quando a dicotomia entre ser ou não quilombo é posta em discussão. A história de Helvécia é repleta de contradições e mantida, basicamente, através da oralidade, repassada dos mais velhos para os mais novos, negros e não-negros, e interpretada por pesquisadores. Este artigo é norteado pelo encontro entre a geografia e a antropologia e tem como escopo central colaborar com uma lei-

* Este texto é um recorte de uma pesquisa de Pós-Doutorado que foi desenvolvida entre 2012-2013 no Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia sob a supervisão da Profa. Dra. Cíntia Beatriz Müller.

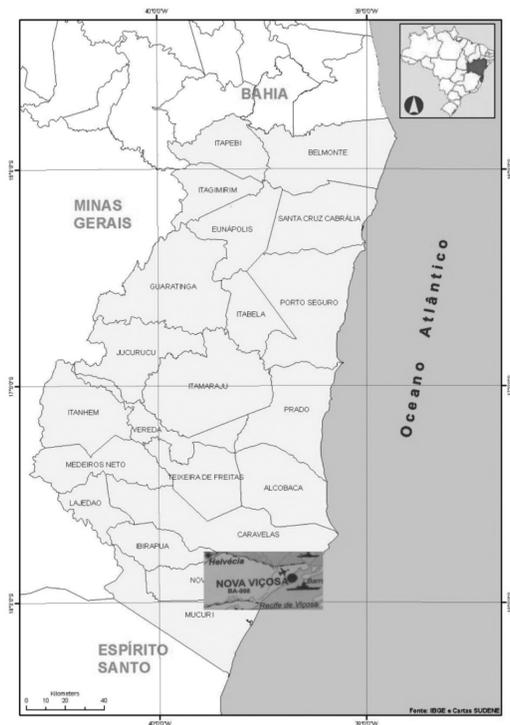


Fig. 1 – Mapa da Região do Extremo Sul da Bahia, com destaque para o município de Nova Viçosa, onde se localiza Helvécia. Elaboração de Cerqueira-Neto, 2013.

tura sobre um território cujo futuro é incerto tanto numa caracterização cultural quanto político-administrativa.

GEOGRAFIA E ANTROPOLOGIA: BASES TEÓRICAS PARA INTERPRETAR O TERRITÓRIO

A ponte acadêmica construída neste artigo entre a geografia e a antropologia pode ser identificada através dos teóricos que compõem o seu arcabouço. A relação

entre as duas ciências é antiga e esta proximidade é vista, por exemplo, na obra de Ratzel, *Antropogeografia* (1882) e nos estudos de Kant, que lecionou geografia física na Universidade de Königsberg em 1770. Este último é citado por Ericksen e Nielsen pelo grande feito em

Demonstrar que pensamento e experiência estavam relacionados dinamicamente e que a aquisição do conhecimento é um processo criativo. [...] Nós coletamos amostras, modelamos e interpretamos a realidade à medida que prosseguimos; Kant foi o primeiro a reconhecer explicitamente esse processo. (Ericksen; Nielsen, 2010: 24)

A presença de Ratzel, Kant e Humboldt neste texto não significa compartilhar totalmente com suas ideias, principalmente, aquelas relativas ao determinismo ambiental. A inserção desses pesquisadores nas análises foi fundamental para compreender alguns aspectos cujos a geografia não conseguiria responder somente através de suas técnicas ou dos seus procedimentos metodológicos. Outra linha tênue entre a geografia e a antropologia pode ser constatada em trabalhos científicos que objetivam estudar e defender causas que envolvam grupos sociais invisibilizados, sobretudo, pelo poder público. Para Durham (1986: 18), “a antropologia sempre demonstrou especial interesse pelas minorias despossuídas e dominadas de todos os tipos [...] em detrimento do estudo dos grupos ou classes politicamente dominantes e atuantes”. Inúmeras são as obras de geógrafos que abordam em seus estudos as particularidades de comunidades minoritárias que estão em movimento ou fixadas em um dado espaço do território brasileiro.

São pesquisas que apresentam uma metodologia de trabalho que se afina com o que preconizava Franz Boas, ex-estudante de geografia, aficionado pelo trabalho de campo. De acordo com Ericksen e Nielsen (2010: 52), para Boas “a principal tarefa do antropólogo consistia em coletar e sistematizar dados detalhados sobre culturas particulares. Só então seria possível dedicar-se a generalizações teóricas”. Na Geografia, na maioria das pesquisas, o trabalho de campo é indispensável. Para Milton Santos (1991), muitas das nossas pesquisas geográficas, herdadas dos países desenvolvidos, se tornam medíocres, pois desprezam ou negligenciam o trabalho de campo. Essa crítica realizada pelo Prof. Milton San-

tos é justificada, principalmente, quando uma pesquisa tem por objetivo compreender a dinâmica de um dado território. Por outro lado, com a inserção da tecnologia nas ciências houve a possibilidade de realizar pesquisas baseadas, por exemplo, em imagens de satélites, informações em sites, canais de informações em diferentes mídias.

A despeito da discussão teórica, esta se deu em torno da categoria de território, tendo em vista que a sua dinâmica é o cerne deste artigo. Não existe uma definição universal que explique o significado de território e de lugar. Por isso a opção por não adotar um único conceito que norteasse as análises, justamente por compreender que os conceitos apresentados neste artigo podem ser utilizados num dado momento de reflexão. No que se refere ao território de Helvécia foi feita uma compilação de conceitos onde há a presença, nomeadamente, de geógrafos e antropólogos. Começando pela geografia humana, Maria Geralda Almeida (2005: 104) irá dizer que o “território tornou-se um termo bastante banalizado, sendo empregado, às vezes, por pura comodidade de linguagem, com o sentido de espaço ou de região”, o que concordo plenamente. Mônica Machado (1997: 20) entende que a polissemia existente no conceito de território “é fruto da própria dificuldade de conceituação que os termos apresentam, não apenas no âmbito da ciência geográfica, mas também em outros domínios de saber”. Talvez, por isso explique um pouco da banalização do termo ao qual se refere Almeida (2005).

Para os geógrafos Silva e Silva (2003), o território é como se fosse uma “organização social”, por apresentar na sua essência elementos culturais que contribuem para a identificação do mesmo. Esta definição nos parece ser global e, portanto, pode ser aplicada também no caso de Helvécia. Os antropólogos Gupta e Fergunson fazem a seguinte análise:

O território físico, durante tanto tempo a única grade sobre a qual a diferença cultural podia ser desenhada, precisa ser substituída por grades múltiplas que nos permitam ver que conexão e contiguidade – de modo geral, a representação de território – variam consideravelmente graças a fatores como classe, gênero, raça e sexualidade, e estão disponíveis de forma diferenciada aos que se encontram em locais diferentes do campo do poder. (Gupta; Fergunson, 2000: 47)

Por esse viés, o território físico pode ser entendido como um enorme recorte disposto em camadas sociais e culturais, sobrepostas ao longo do tempo, onde as ciências humanas procuram através de suas investigações empregar diferentes vertentes teóricas para cada novo agente transformador que surge no território.

Para entender o conceito de lugar, o aporte teórico foi através do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (1999), que chamará a rua de lugar, um lugar de encontros, da prática teatral, da mistura, do comércio, enfim das relações. Para Yi-Fu Tuan (1983), um humanista da geografia, o lugar é um mundo de significado organizado. Neste pensamento Tuan não tem a intenção de fazer uma analogia entre o local e o global, mas dar ao lugar o adjetivo de mundo, uma abstração impossível de ser mensurada.

Segundo o sociólogo espanhol Manuel Castells,

Lugares não são necessariamente comunidades, embora possam contribuir para sua formação. Todavia, a vida dos habitantes é marcada por suas características, portanto são, na verdade, lugares bons ou ruins dependendo do julgamento de valor do que seja uma vida boa. (Castells, 2003: 515)

A definição de Castells nos mostra que nem sempre uma comunidade está num lugar, e que o lugar depende da percepção de quem o analisa. Para o Antropólogo Osmundo Pinho, “o sentido de lugar funciona como um mapa para a experiência das identidades [...]. Identidades que se materializam transitória e fugazmente em torno de narrativas ou práticas de singularização” (Pinho, 1999: 10), o que corrobora com a ideia de que esses conceitos são utilizados de acordo com a formação e a compreensão que o pesquisador tem do espaço.

Estas reflexões sobre território e lugar apresentam uma imbricação entre elas. A diferenciação pode aparecer num critério ou noutra, mas na essência são semelhantes. A falta de um conceito universal para cada uma dessas categorias e/ou escalas, dependendo da percepção de cada autor, está aberta a possibilidade de inúmeras interpretações. Portanto, ainda que alguns conceitos de território e de lugar se encontrem através de variáveis ou até mesmo se fundem, é possível estabelecer uma diferença entre eles, uma diferença que pode estar entre uma relação de poder (território) e o sentimento de pertencimento (lugar). É nesta perspectiva

dialética que o território e o lugar serão pensados dentro da atual dinâmica de Helvécia.

Os procedimentos metodológicos aplicados em Helvécia consistiram em conversas estabelecidas com os moradores e a produção de um registro fotográfico bem como leituras, resultados de pesquisas, monografias, dissertações de mestrado e artigos que tiveram como tema a comunidade de Helvécia. Essas produções possuem muita riqueza de detalhes sobre a trajetória histórica de Helvécia e foram valiosas para compreender certas transformações no território.

MODIFICAÇÕES NO TERRITÓRIO: “COMO UMA PEQUENA CIDADE”

Qualquer pessoa que desconhece a história de Helvécia ao chegar em seu território vai pensar que está numa daquelas pequeninas cidades brasileiras. Modificações na lei quanto a localização geográfica do seu território, passando de um município para outro; mudanças culturais, que vão desde o vestir ao falar; a chegada de novos tipos de comércios; e introdução do eucalipto na sua paisagem, mostram que Helvécia está longe de ser um território isolado.

De acordo com relatos dos moradores, Helvécia foi fundada em 1847, mas, alguns historiadores afirmam que desde 1818 havia atividades econômicas em seu território, como por exemplo, o extrativismo vegetal e o plantio de café¹. Fato que pode ser constatado na obra de Albuquerque (2006: 47) que relata ter havido em Helvécia um período onde era comum encontrar “máquinas de serrar madeira e beneficiar café movidas pela força hidráulica de uma represa”, e que essa infraestrutura era composta também pela força braçal dos escravizados. Em Helvécia a presença de colonos suíços e franceses mostra o quão grande foi a influência europeia junto ao poder central brasileiro, sobretudo, em doações de terras. Daí a discussão mais adiante neste artigo no que se refere a Helvécia ser ou não ser um remanescente de quilombo. Certamente que a posição geográfica de Helvécia,

¹ As informações orais foram colocadas neste artigo acreditando na boa fé de moradores. Essas informações foram relevantes devido a falta de documentação física.

tendo o Rio Peruípe como principal canal de saída e chegada de pessoas e mercadorias, contribuiu substancialmente para que ela se tornasse um centro político e comercial da época.

E o negro no contexto da história de Helvécia? Os escravizados “eram vendidos às fazendas, onde derramavam seu suor para regar os pés de café dos barões açoitados com chibatadas e tratos violentos” (Constantino; Krull; Santos, 2006: 17). Estes relatos demonstram que a relação entre brancos e negros em Helvécia seguiu os mesmos modelos perversos administrativos e políticos no Brasil durante e pós-período escravagista. Certamente que o poderio econômico, político e religioso vai conduzir o arranjo espacial do distrito, separando centro de periferia, como descreve Santana:

A configuração da geografia em Helvécia pouco a pouco fora sendo ressignificada. A Avenida principal recebe em suas extremidades a Igreja de Nossa Senhora da Piedade, sentido leste e a Estação da estrada de ferro Bahia — Minas e, em suas laterais, os detentores do poder: econômico, cultural e eclesial. As ramificações em direção à periferia são compostas pelos menos privilegiados socialmente. O centro é assumido pelos Metzker, Krygsman [...] e os Constantinos. Os primeiros descendendo dos europeus e o segundo dos africanos, trabalhadores — mão de obra escrava nas grandes plantações de café. (Santana, 2008: 54-55)

O período da escravidão também foi altamente produtivo economicamente, com uma efervescência comercial, com grande fluxo de mercadorias e pessoas que saíam e entravam em Helvécia. Dois fatos podem explicar esse *boom* econômico, o trabalho escravo, pois não havia gastos com mão de obra, dessa forma o lucro dos comerciantes era enorme. O outro fato foi a Estrada de Ferro Bahia e Minas, que partia do município de Araçuaí (MG) e tinha como ponto final Ponta de Areia em Caravelas (BA).

Nesta época, Helvécia “era o centro de exportação de café no Brasil e os navios do exterior, principalmente da França, entravam até o Porto de São José do Peruípe, e de lá saíam carregados de café” (Constantino; Krull; Santos, 2006: 19). No entanto, quando acontece a abolição, Helvécia cairia em total decadência econômica: “com isso, muitos colonizadores suíço-alemães retornaram para seus

países de origem e os menos afortunados emigram para as cidades da Bahia e do Rio de Janeiro” (Santana, 2008: 54). Muitos dos símbolos, tanto materiais como imateriais, do auge econômico do distrito desapareceram, estão depreciados pelo tempo ou receberam outra funcionalidade, como é o caso da antiga Estação Ferroviária da Baiminas² (Fig. 2) que se tornou um museu.



Fig. 2 – Antiga Estação Ferroviária da Baiminas. Fotografia de Cerqueira-Neto, 2014.

O eucalipto (Fig. 3) substituiu a Mata Atlântica com um grande apelo na geração de emprego e renda. É apoiado por governos de todas as esferas, municipal, estadual e federal.



Fig. 3 – Eucaliptal, Helvécia. Fotografia de Cerqueira-Neto, 2014.

² Baiminas, é uma junção entre os nomes dos dois Estados por onde passava a antiga ferrovia, Bahia e Minas Gerais.

Na arquitetura as casas de adobe estão sendo substituídas por casas e prédios comerciais com dois pavimentos (Figs. 4, 5). E para atender a linguagem da globalização, o estrangeirismo está presente nas paredes dos restaurantes (Fig. 6).



Fig. 4, Fig. 5 – Casas de Helvécia. Fotografias de Cerqueira-Neto, 2014.



Fig. 6 – Parede de restaurante, Helvécia. Fotografia de Cerqueira-Neto, 2014.

Essas novas formas na arquitetura, a introdução de outra língua ou a diversidade corporal de seus habitantes mostram que Helvécia está numa transição urbana, que parece ser irreversível, e que dá um novo arranjo espacial ao território, apresentando uma dinâmica semelhante as pequenas cidades brasileiras.

Quanto a haver uma existência de uma sobreposição entre distrito, enquanto uma unidade político-administrativa, e comunidade quilombola, enquanto sentimento de pertencimento, será difícil dissociar o distrito da comunidade e vice-versa, uma vez que o espaço físico é o mesmo onde se dão as relações entre quem se considera pertencente à comunidade quilombola, e aqueles que não se sentem pertencer a comunidade negra.

HELVÉCIA: ANTAGONISMOS INTERNOS

Como a fonte material é escassa, os moradores se configuraram como fontes, oferecendo informações, inclusive, dentro de uma dialética que explicita algumas tensões no território. Para este artigo foram selecionadas duas falas de dois professores que vivem e atuam no território de Helvécia que se disponibilizaram para apresentar, numa conversa informal, suas percepções sobre o território. Os dois com histórias e contextos familiares totalmente antagônicos.

E1: “Helvécia é um quilombo urbano”

Sobre o reconhecimento como quilombola:

O reconhecimento foi rápido, levou aproximadamente dois meses. A elite de Helvécia não desejava o reconhecimento, porque de certa forma o reconhecimento quebra o monopólio da elite. Um abaixo-assinado para dizer não ao reconhecimento foi coordenado pela elite. E o discurso da elite contaminou a população.

Percebe-se através dessa fala que há uma elite em Helvécia, que, segundo a pessoa entrevistada, seria formada pelos que dominam o comércio e a educação.

Parece que a política local, através do representante na câmara municipal, também tem um peso nesse jogo, pois, segundo essa pessoa “o único vereador que

atualmente representa o distrito, no início não aceitou o reconhecimento, talvez por sua orientação religiosa ser evangélica”. Na última eleição local, Helvécia apresentou seis candidatos à vereança. O número de candidatos à vereança pode ser mais um indício de que há uma fragmentação social e racial no distrito, visto que o atual vereador, é evangélico e branco. Este cenário político não causaria nenhum estranhamento caso não estivéssemos descrevendo e interpretando a dinâmica de uma comunidade composta por 90% de negros, reconhecida como quilombola e com raízes religiosas de matrizes africanas.

Quanto à configuração espacial de Helvécia, por ter características encontradas em pequenas cidades, a resposta é: “Helvécia é um quilombo urbano, que está isolada e esquecida pelo poder público”. Este assunto é encerrado com um desabafo: “o processo de aceitação não é fácil, mesmo pela comunidade, pois, o negro recebe carga de informação negativa e acaba negando suas origens, sua cultura”. O que corrobora com um cenário de tensão explicitado no início deste texto.

E2: “Helvécia não é um quilombola”

Sobre a questão quilombola: “não é uma colônia quilombola, pois foi colonizada por suíços, alemães e italianos. Os negros em Helvécia vieram da África para trabalhar, especialmente de Angola”. Como a definição mais disseminada, inclusive nas escolas, é aquela que caracteriza o quilombo como um lugar ermo, isolado, onde os negros se refugiavam, e como Helvécia não teve esta dinâmica, então, a pessoa entrevistada, se ampara nesse conceito para não considerar Helvécia como um remanescente de quilombo.

A despeito do reconhecimento? “A comunidade se revoltou com a formação da associação quilombola. Esse reconhecimento foi conseguido através de um grupo fechado contando com o apoio de um deputado”. Sem entrar no mérito de que esta fala é verdadeira, Müller apresenta a seguinte questão:

Via de regra, a participação dos quilombolas é mediada por documentos, certidões de identificação, relatórios histórico-antropológicos, os documentos que o próprio grupo entender importantes. A possibilidade de efetivamente participar do processo, um mecanismo específico de participação para que sejam porta-vozes de sua própria palavra, de fato, não existe. (Müller, 2006: 91)

Em Helvécia a participação em busca do reconhecimento do território como remanescente quilombola foi deficitária se levarmos em conta o quantitativo de pessoas engajadas no desejo do reconhecimento, como relata Santana:

Pouca ou indiferente era a participação da comunidade nas reuniões promovidas pelo grupo de mulheres; os participantes são praticamente as mesmas pessoas que no futuro viriam a formatar a Associação Quilombola de Helvécia: 10 participantes, dentre eles 7 mulheres e 3 homens. [...] Ausente e indiferente às discussões — ou como afirmam as mulheres do grupo inicial, “sem dar créditos ao movimento” —, a comunidade de Helvécia se assusta com a revelação do Diário Oficial da União: Helvécia havia se tornado um quilombo. Abaixo-assinados, ameaças veladas de morte, “esbofeteamento” em uma dos membros da AQH e muitas outras intrigas marcaram o início do reconhecimento. (Santana, 2008: 20)

O relato da pesquisa de Santana (2008) nos leva a perceber o quanto foi laboriosa a tarefa de implantar o reconhecimento em Helvécia, e isso contribui para explicar o atual cenário onde os acirramentos sobre a identidade do distrito são visíveis entre seus moradores. Esse cenário de tensão corrobora para que a sociedade brasileira compreenda que um território de quilombola seja visto apenas com um único padrão espacial, ou seja, uma terra habitada apenas por negros.

CONCEITOS SOBRE QUILOMBO: CONHECER PARA DIALOGAR MELHOR

É possível perceber claramente que as falas dos dois entrevistados explicitam de forma contundente as razões pelas quais estão em lados opostos da questão quilombola dentro de Helvécia. Faço aqui um exercício de colocar, metaforicamente, os dois lados sentados na mesma mesa para dialogarem sobre o ponto mais nevrálgico, que supera todas as outras discussões periféricas, que é a dualidade de identidade que existe no território de Helvécia, no que se refere à condição de Helvécia ser um remanescente de quilombo.

Vejamos, então, esta contradição entre seus atores: “Helvécia é um quilombo urbano” *versus* “Não é uma colônia quilombola, pois foi colonizada por suíços, alemães e italianos”. A primeira argumentação é construída devido ao grau de envolvimento que a pessoa tem com a causa quilombola, por isso tem um acesso maior sobre as modificações e variações dos conceitos sobre o tema. A segunda argumentação está amparada num conceito reducionista que, entretanto, ainda permeia o imaginário da maior parte da população brasileira.

Para compreender a complexidade dos discursos antagônicos “postos à mesa”, é importante apresentar algumas das transformações que aconteceram tanto na definição legal, como nas interpretações de alguns teóricos sobre o tema, ainda que sejam discutidos amiúde pela academia. Mas, sobretudo, pelo caráter pedagógico que deve ser intrínseco a qualquer pesquisa que deseja ser acessível à sociedade, principalmente, por aquela que serviu como tema.

A primeira definição de quilombo foi do Conselho Ultramarino de 1740, “segundo o qual, quilombo era toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Moura in Carril, 2006: 165). Se esta compreensão, configurada por valores coloniais, ainda norteasse a demarcação de área de quilombo, provavelmente, muitos dos núcleos quilombolas do Brasil não existiriam. De acordo com Pinho,

O quilombo de Palmares, e a forma genérica “quilombo”, tem sido, por exemplo, ressignificado fortemente a partir da reorganização do movimento negro nos anos 70. O quilombo passa a representar um modelo alternativo de organização da sociedade que desafiou os poderes coloniais e reinventou um mundo africano — no caso de Palmares, banto — baseado no trabalho livre, na propriedade comum da terra, em valores tradicionais holísticos, etc. (Pinho, 2007: 88)

O decreto de n.º 4887/03, sancionado pelo Presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, diz que as comunidades quilombolas são grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e com ancestralidade negra relacionada com a resistência à

opressão histórica sofrida. Colocando o território de Helvécia dentro dessa definição, podemos detectar que há na ancestralidade negra uma vida de opressão e uma trajetória histórica própria.

Sobre quilombo rural, Amorim e Germani dizem que:

O conceito Comunidades Negras Rurais Quilombolas incorpora as chamadas terras de preto, terras de santo, mucambos ou quilombos. São comunidades formadas predominantemente por negros e ocupam terras na área rural. São os laços de consangüinidade e de familiaridade que permitem a utilização de áreas de forma individual e coletiva. (Amorim; Germani, 2005: 797)

Na percepção de Carril,

A identificação de quilombos no meio rural do Brasil contemporâneo fez rever a conceituação tradicional como fuga e resistência escravista, porque as pesquisas trouxeram à luz que a formação desses agrupamentos ocorreu também por outras vias como doações de terras, por abandono dos escravos pelos senhores. (Carril, 2006: 165)

Ao analisar tanto o decreto 4887/03, quanto o pensamento de Pinho e de Carril, chega-se à conclusão de que, não é em que espaço (se urbano ou rural) ou em que dimensão territorial, que se classifica ou não uma comunidade remanescente de quilombolas, mas na história de resistência de um grupo de negros que luta pela conservação de suas tradições, dos seus hábitos, adquiridos no passado ou até mesmo os que estão sendo construídos na modernidade.

Se esses conceitos apresentados são de amplo conhecimento dos pesquisadores, são também na mesma proporção desconhecidos de grande parte dos moradores de Helvécia. Certamente que a falta de acesso a este tipo de informação não vai explicar o antagonismo sobre sua condição de remanescente de quilombola. Todavia, o não conhecimento dessas informações colabora com um panorama de *apartheid* interno, alimentado por agentes exógenos, e ao mesmo tempo corrobora a perpetuação de um padrão discriminatório sobre o significado de um quilombola.

HELVÉCIA VISTA DO LADO DE LÁ

“Ser vista do lado de lá” é informação que buscamos, principalmente, em Nova Viçosa junto a pessoas que não vivem em Helvécia, tais como políticos, comerciantes e a população que mora na sede do município. Percebe-se que as opiniões, em sua maioria, são politicamente corretas, porém, demonstram uma falta de conhecimento ou uma superficialidade no que tange a importância histórica de Helvécia. É um tipo de comportamento que contribui para manter o arquétipo que a sociedade tem sobre um quilombola. Nesse contexto também foram pesquisados sites da Prefeitura Municipal de Nova Viçosa e das empresas ligadas ao eucalipto, panfletos de divulgação do município e o site da EMBASA.

Num site³ que divulga ações da Secretaria de Turismo do Município de Nova Viçosa, portanto, repercute um pensamento oficial, foram encontradas frases que indicam uma preocupação do governo local com a proteção do território de Helvécia, uma exaltação ao passado do território. Entretanto, cabem algumas considerações baseadas no trabalho de campo: 1) No trabalho de campo não se constatou nenhum programa organizado pela Secretaria de Turismo objetivando proteger o patrimônio, seja ele material ou imaterial; 2) O povoado não foi transformado numa Colônia Nagô, mesmo porque isso não poderia acontecer por imposição, é algo que é nato da localidade; 3) Percebe-se que o município sede não sabe como tratar Helvécia, haja vista a quantidade de classificações num texto tão pequeno: povoado, distrito, Colônia Nagô, remanescentes do período escravo.

Uma outra questão que apareceu, foi como a Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A. – EMBASA (Fig. 7) se refere a Helvécia no seu Relatório Anual para Informação ao Consumidor – RAIC do ano de 2011, classificando a comunidade como um município.

³ www.novavicosabr.com.br (consultado a 17-01-2013). Este site ainda existe, porém, as informações criticadas neste artigo não aparecem mais. Inclusive nem o território de Helvécia é citado como atrativo turístico, apenas uma antiga estação ferroviária restaurada.



Fig. 7 – Anuário da EMBASA do ano de 2011.

Portanto, para a EMBASA, que é uma estatal, o morador de Helvécia é um consumidor como qualquer outro em qualquer parte da Bahia. O relatório da EMBASA, impresso e divulgado no ano de 2011, nos permite pensar que a empresa de água do Estado da Bahia não reconhece a comunidade como quilombola. Contudo, Helvécia teve o seu reconhecimento no ano de 2005. Esse equívoco por parte da estatal do Governo da Bahia é altamente contraproducente em todo o processo pela busca da identidade desse território, sobretudo, num Estado que foi o pioneiro em elaborar um mapa estadual de territórios de identidade.

O outro agente que parece não entender a importância de Helvécia enquanto um lugar de sobrevivência de uma cultura é o eucalipto. Entre tantas reportagens

sobre a relação do eucalipto com Helvécia foram separados trechos de um comunicado da Assessoria de Comunicação da Fíbria, uma das maiores empresas no ramo da celulose.

O primeiro trecho do comunicado começa pela exaltação dos números, do quanto de investimento será injetado em Helvécia e nos seus arredores, objetivando fortalecer a ideia de desenvolvimento.

A Fíbria lançou nessa sexta-feira, 17 de setembro, a pedra fundamental da sua Unidade de Produção de Mudas (UPM), localizada em Helvécia, distrito do município de Nova Viçosa-Ba. O investimento previsto é da ordem de R\$ 30 milhões e a UPM terá capacidade para produzir 30 milhões de mudas clonais de eucalipto por ano.

Neste trecho seguinte do comunicado aparece a sedução dos números da geração de empregos, onde um dos requisitos é ser morador de Helvécia e outros distritos próximos. Esta é uma forma de “afago” que o capital faz para os moradores, dando a eles uma sensação de privilegiados.

Na fase de operação, vai gerar cerca de 250 empregos.

Mais de 700 pessoas foram beneficiadas pelos cursos em quatro comunidades dos municípios de Nova Viçosa e Caravelas, ganhando qualificação para o mercado de trabalho. Para participar dos cursos, era pré-requisito morar em Helvécia, Juerana, Nova Esperança ou Cândido Marino, garantindo a prioridade para moradores da região. “Em breve, muitos destes profissionais deverão ser relacionados para atuar na construção da Unidade de Produção de Mudas”, observou o especialista em Viveiro da Fíbria, Valeriano Cancela da Conceição.

Por fim, neste último trecho, a teoria de espaço vital de Ratzel, onde o espaço é fundamental para conquista e manutenção do poder no território, aparece aqui utilizada pelo capital na declaração do diretor-presidente da Fíbria:

O diretor-presidente da Fíbria, Carlos Aguiar, destacou que a UPM de Helvécia marca a retomada dos investimentos da empresa em novos projetos e confirma a importância estratégica do sul da Bahia para os negócios da companhia.

A UPM de Helvécia vai atender, preferencialmente, as demandas da empresa para a renovação dos plantios localizados na Bahia, onde a Fibria possui 173 mil hectares de áreas distribuídas nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda.

Por: Ascom Fibria

Aparentemente a relação do eucalipto com Helvécia se mostra de maneira dúbia, uma relação conturbada onde o eucalipto parece sedutor e ao mesmo tempo nocivo. Oferece cursos de capacitação, apoia os festejos do distrito, mas, também é tido como responsável pela diminuição da pequena agricultura. Para alguns moradores de Helvécia o reconhecimento como quilombola também teve o objetivo de frear a expansão do eucalipto no distrito. Este segmento econômico se mostra com tamanha força dentro do distrito que às vezes tem-se a impressão de que ele sobrepõe a questão maior da comunidade. De acordo com Gomes,

Os defensores da eucaliptocultura afirmaram que o processo de aquisição das terras no distrito de Helvécia pelas empresas de eucalipto se deu dentro das normas do mercado capitalista, expressas nas leis de apropriação de terras no Brasil, na qual os interessados na compra das pequenas propriedades fizeram ofertas e os donos das mesmas aceitaram vendê-las. (Gomes, 2009: 6)

A justificativa daqueles que defendem o eucalipto, sem qualquer restrição, é uma postura simplista e covarde perante uma comunidade carente de ações públicas e economicamente humilde no seu modo de viver. Aliás, o temor da expansão do eucalipto está presente como uma das justificativas para que Helvécia tenha requerido o reconhecimento de comunidade quilombola. Há um estudo de Santana relatando que

A partir dessas reuniões e conversas informais, o grupo de mulheres, à revelia da maioria da comunidade, que até então não estava inserida nas discussões e tão pouco desejava tal acontecimento, formalizou o pedido de reconhecimento de Helvécia como comunidade quilombola em 23 de

outubro de 2004. A fim de oficializar o pedido, o grupo coletou assinaturas de cinco antigos moradores de Helvécia — não eram necessárias as assinaturas de uma maioria da comunidade — e anexaram a um texto que descreve algumas situações consideradas relevantes para um pedido de reconhecimento de terras de remanescente quilombola: presença das manifestações culturais e religiosas em Helvécia e que denotam uma ancestralidade africana; forma de organização e uso da terra; além disso, o texto ressaltava a necessidade de tal empreendimento em função das ameaças e dificuldades de locomoção provocadas pelas cercanias policiais a serviço das empresas de agronegócio de celulose. (Santana, 2008: 19)

Percebe-se que as empresas ligadas ao eucalipto são motivos de grande preocupação, sendo utilizadas como mais um vetor para justificar e reforçar a necessidade de que Helvécia fosse tida como uma comunidade quilombola reconhecida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A união entre geografia e antropologia nesse artigo procurou trazer uma contribuição para a análise da transformação territorial que acontece em Helvécia, transformações que irão continuar acontecendo tendo em vista que este território está localizado geograficamente no entrono de grandes projetos econômicos. A geografia sem abandonar o território físico, que é o palco dessas transformações; e a antropologia com sua capacidade teórica em estudar a questão quilombola, propiciando a convivência do pesquisador com os moradores. Por mais que houvesse uma preocupação com a multidisciplinaridade, esta pesquisa não abarca e não encerra todas as possibilidades de estudos sobre Helvécia. Ao contrário, que ela possa se tornar mais uma abertura para a entrada de outras proposições de pesquisas em Helvécia.

Há um hiato nos estudos sobre Helvécia, que deve ser preenchido por um estudo de caráter eminentemente antropológico, pois se para se tornar um remanescente quilombola houve um apoio técnico de um antropólogo. Por outro lado, esse reconhecimento parece não ter conseguido traduzir ou negligenciou a bipolaridade cultural que se encontra em seu território. Penso que caberia à antropologia preencher esta lacuna.

Helvécia pode ser analisada pelo menos a partir de três variáveis: 1) como território político-administrativamente dentro do município de Nova Viçosa, com sua demarcação geográfica; 2) economicamente temos dentro do território de Helvécia, o território do eucalipto, controlado pelas grandes empresas, que tem seus braços nas terceirizadas e em outros parceiros; 3) o território elaborado pelo sentimento de pertencimento, entre a dualidade de ser ou não uma comunidade quilombola.

Nessas três proposições o território se traduz em poder: na primeira, o poder político que o município de Nova Viçosa tem sobre a área territorial do distrito; na segunda o território cooptado pelo principal vetor econômico da região; e na terceira, o poder daqueles que veem Helvécia como território dos negros, e daqueles que não aceitam essa definição, seja ela acadêmica ou por reconhecimento legal. Tendo como escopo principal a discussão da relação entre território e identidade na comunidade negra de Helvécia, daqui em diante a análise dedicar-se-á à terceira proposição.

A dicotomia em Helvécia não aparece apenas na abstração do sentimento de pertencimento, ela também é vista no concreto, se revelando no seu arranjo territorial. No centro do distrito o urbano é representado pela arquitetura que trocou o adobe pela alvenaria; a infraestrutura conta com fornecimento de água e energia elétrica; há também serviços (posto de saúde, padaria, açougue, pousadas, restaurantes e bares), encontrados em qualquer cidadezinha do país. Helvécia possui entre 4 500 a 5 000 habitantes, uma população maior que a do município de Catolândia, BA, com 2 609 moradores de acordo com o censo de 2010. E o rural é representado pelas propriedades que circundam o núcleo urbano distrito; e a própria condição político-administrativa perante o município sede. Santana reafirma esta dualidade do território de Helvécia demonstrando que

Centro e periferia continuam acentuando as diferenças em Helvécia, mesmo com a denominação “Quilombo”, espaço de caráter coletivo-comunitário. As estatísticas do Censo 2000 apresentam Helvécia com uma população de 3 349 habitantes. Do total, 1 746 pertenciam ao sexo masculino, uma soma equivalente a 52,1% enquanto que 1 603 integravam a população feminina, perfazendo 47,9% da população total. (Santana, 2008: 55)

Este cenário de dualidade territorial faz de Helvécia uma singularidade dentro do rol de comunidades quilombolas existentes no Brasil. É preciso um estudo antropológico mais aprofundado em Helvécia que objetive colaborar com uma classificação ou definição sobre Helvécia. Dessa forma, este artigo conclui preliminarmente que Helvécia não se configura como um quilombo urbano, visto que não está inserida dentro de uma cidade; também não seria totalmente rural, no sentido primitivo, visto que o seu território apresenta alguns símbolos de uma urbanização.

Ao não concluir uma classificação sobre o território de Helvécia, não se pretendeu desqualificá-la ou mesmo questionar a sua condição de comunidade quilombola, mas, colocar em evidência esta dualidade do território. Outrossim, este texto expõe uma limitação teórico-metodológico, sobretudo, dentro a ciência antropológica. Por outro lado, não pretende encerrar as discussões sobre o território, assim, os hiatos deixados aqui podem ser frutos para futuras pesquisas sobre Helvécia.

No que se refere à questão do sentimento de pertencimento, a percepção que tenho sobre Helvécia é a de que uma parte da comunidade se sente e vive como remanescente quilombola e uma outra parte sente e vive Helvécia também com suas referências como descendente de colonizador. Mas, tanto um lado como o outro vive Helvécia como o seu lugar de referência histórica e familiar. Apenas os dois lados não se encontram, mesmo que a história do distrito tenha sido construída pelos dois lados simultaneamente.

No trabalho de campo foi possível perceber que existe uma divisão de opinião sobre estar ou não numa comunidade quilombola e as visões antagônicas são expostas não somente numa posição negro contra branco, pois há também posturas contrárias entre os negros sobre sua condição de viver num remanescente quilombola. Há ainda aqueles que ignoram esse cenário, geralmente entre os jovens do distrito, a quem essa questão parece não interessar, o que poderá comprometer a preservação histórica do lugar através dos seus atores principais, seus moradores.

Contudo, a construção desse panorama, cheio de contradições, não deve ser imputada somente ao processo de reconhecimento de Helvécia como um remanescente quilombola, tendo em vista que a história do distrito revela que desde a sua formação, por volta de 1847, sempre foi um território onde a submissão for-

çada, amparada oficialmente, do negro ao branco, foi o norteamento das relações entre seus moradores.

Os antagonismos que caracterizam o debate sobre o tema central desse artigo se traduz num reflexo da existência de uma identidade quilombola que está em construção em contraposição de uma parte da comunidade que se recusa a estabelecer este debate. Também pode ser interpretado como uma transição para que uma identidade quilombola seja suprimida ou mesmo eliminada. Logo, não há como negar a existência de uma fragmentação étnica e cultural interna, que está alimentada vorazmente por interesses externos, que tentam cooptar alguns líderes do distrito.

Quanto ao futuro de Helvécia, política e administrativamente continuará sendo um distrito, pois ainda não tem força política como também não apresenta aspectos técnicos para se tornar um município. Entretanto, a emancipação é um assunto presente entre seus moradores. Enquanto remanescente quilombola, será vivido apenas por aqueles que têm esse sentimento. Em geral grande parte da comunidade de Helvécia se mostra preocupada com questões que aparecem em qualquer dinâmica urbana, tais como a prostituição, drogas, falta de uma agência bancária, pavimentação das ruas, etc.

Na época em que Helvécia pertencia a Colônia Leopoldina não havia espaços para uma discussão livre sobre quais caminhos a comunidade poderia tomar como forma de garantir sua sobrevivência cultural e econômica. O cenário de imposição da vontade e dos ideais dos europeus eram a única via possível naquele tempo no território. Nos dias atuais, há possibilidades de diálogos que podem ser mediados pela academia, com uma presença mais constante junto à comunidade e não apenas utilizando Helvécia como objeto de estudos teóricos. A possibilidade da implantação de um Colégio Universitário, chancelado pela Universidade Federal do Sul da Bahia, dentro do distrito, poderá representar a construção de uma ponte entre os discursos antagônicos sobre o significado de Helvécia.

É cristalino que a comunidade de Helvécia tem muito a resolver sobre suas questões internas. É a contradição sobre o sentimento de pertencimento talvez seja a mais latente e urgente, pois há resquícios de intolerância e preconceito pairando pela comunidade. Tem-se a impressão que o distrito vive o seu cotidiano dentro de um grande acordo que não é oficial, mas, estabelecido através da convivência

quase que pacífica e respeitosa dentro da sua secular história dialética. Antes era bipolar, nos dias atuais se tornou multipolar porque envolve outros elementos da modernidade, como os agentes do capital internacional.

BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, Jean (2006). *Retrato histórico de Nova Viçosa, Bahia*. Nova Viçosa: BA.
- Almeida, Maria Geralda (2005). Fronteiras, territórios e territorialidades. *Revista da ANPEGE*, 2, 102-114.
- Assessoria de Comunicação da Fíbria. Consultado a 17-03-2014, <http://www.novavicoso.ba.gov.br/modules/news/article.php?storyid=189>
- Carril, Lourdes de Fátima B. (2006). Quilombo, território e geografia. *Revista Agrária*, 3, 156-171 [USP].
- Castells, Manuel (1983). *A questão urbana*. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Constantino, Cíntia H.; Krull, Jane S.; Santos, Maria Aparecida dos (2006). *O impacto da monocultura do eucalipto nos aspectos culturais na comunidade de Helvécia*. Teixeira de Freitas (BA): Faculdade de Teixeira de Freitas.
- Durham, Eunice R. (1986). A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In Ruth C. L. Cardoso (Org.), *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa* (17-38). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gomes, Liliane M. F. C. (2009). Helvécia. Arranjos cotidianos dos homens e mulheres no convívio com a eucaliptocultura. In *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: ANPUH [CD].
- Gupta, Akhil; Ferguson, James (2000). Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença. In Antônio A. Arantes (Org.), *O espaço da diferença* (30-47). Campinas, SP: Papirus.
- Lefebvre, Henri (1999). *A revolução urbana*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- Machado, Mônica S. (1997). Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. *GEO UERJ*, 1, 17-32.
- Müller, Cíntia Beatriz (2006). *Comunidades remanescentes de quilombolas de Morro Alto. Uma análise etnográfica dos campos de disputa em torno da construção do significado da identidade jurídico-política de "remanescentes de quilombolas"*. Tese de doutorado, PPGAS/UFRGS, Porto Alegre.

- Pinho, Osmundo de Araújo (1998-1999). Espaço, poder e relações raciais: o caso do centro histórico de Salvador. *Revista Afro-Ásia*, 21-22, 257-274 [Salvador, UFBA].
- Santana, Gean Paulo Gonçalves (2008). *Entre o dito e o não dito. Conflitos e tensões na “refundação” territorial quilombola. Uma análise a partir da Comunidade de Helvécia, extremo sul da Bahia*. Dissertação de Mestrado em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador.
- Santos, Milton (1991). *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec. *Secretaria de Turismo do Município de Nova Viçosa*. Consultado a 17-01-2013, www.novaviciosa.br
- Silva, Sylvio C. B. M.; Silva, Barbara-Christine N. (2003). *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. Salvador: UFBA.
- Tuan, Yi-Fu (1983). *Espaço e lugar. A perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel.